

Falta de informação e temor de remoções marcam debate sobre duplicação da BR-356 e MG-129 em Mariana



Vereadores cobram transparência do Governo de Minas, da concessionária Rota Liberdade e dos órgãos responsáveis diante da insegurança vivida por moradores e comunidades quilombolas.

A Câmara Municipal de Mariana, durante sua 16ª reunião ordinária realizada na segunda-feira 18, voltou a discutir os impactos das obras de duplicação da BR-356 e da MG-129, em meio a críticas sobre a falta de informações claras à população. Durante a reunião ordinária, o vereador Ronaldo Alves Bento apresentou o Requerimento nº 69/2026, solicitando a realização de uma audiência pública para tratar dos impactos sociais, ambientais, territoriais e de mobilidade provocados pelo projeto.

O requerimento pede que sejam notificados o Poder Executivo Municipal, o Poder Legislativo, representantes do DNIT, da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Mobilidade (Seinfra), da concessionária Rota Liberdade, da Seplag, da empresa responsável pela execução das obras, além de lideranças da Vila Santa Efigênia e de comunidades quilombolas da região.

Segundo o parlamentar, a proposta busca garantir transparência, participação popular e diálogo com os moradores diretamente afetados pelas intervenções. Ronaldo criticou a condução do processo e afirmou que a população vem sofrendo com a ausência de informações oficiais sobre desapropriações, alterações viárias e impactos nas comunidades. Todas essas cobranças, foram conduzidas por moradores e relatadas ao JP Notícias apresentado por esse semanário.

“Nós não somos contra a duplicação, mas somos contra a forma irresponsável como isso está sendo conduzido. Os moradores estão adoecendo sem saber o que vai acontecer com suas casas e com suas comunidades”, afirmou o vereador durante a discussão do requerimento.

O parlamentar também destacou preocupações envolvendo possíveis impactos em territórios quilombolas e citou a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que prevê consulta prévia às comunidades tradicionais potencialmente atingidas por grandes obras.

De acordo com Ronaldo Alves Bento, moradores da Vila Santa Efigênia e da região próxima à Barroca vivem sob insegurança constante devido à ausência de um projeto executivo detalhado. “Nem a própria concessionária consegue informar exatamente o que será removido ou alterado. Isso gera medo e revolta”, declarou.

O debate foi acompanhado por outros vereadores, que reforçaram as críticas à comunicação adotada pelos responsáveis pela obra. O vereador Ítalo de Majelinha afirmou que o principal problema atualmente é a desinformação.

“Ninguém sabe de nada. E quando a população não recebe informação, surgem medo, insegurança e revolta”, disse.

Ele também relatou um episódio recente em que um trecho da rodovia foi interditado durante a manhã para realização de serviços de limpeza, sem aviso prévio aos motoristas. Episódio este que também foi noticiado pelo JP Notícias. Segundo o vereador, dezenas de pessoas perderam consultas médicas, horários de trabalho e compromissos por falta de comunicação adequada.

“Uma obra dessa dimensão exige planejamento e respeito com a população. Não custa informar os horários de interdição e os impactos previstos. Está começando com o pé esquerdo”, criticou.

Outro ponto levantado durante a sessão foi a sensação de abandono enfrentada pelos moradores das áreas afetadas. Vereadores afirmaram que diversos requerimentos já foram enviados ao Governo de Minas e aos órgãos envolvidos, mas, até o momento, poucas respostas concretas foram apresentadas.

Parlamentares também demonstraram preocupação com o ritmo acelerado do processo de implantação da obra, sugerindo que a pressa para anunciar intervenções possa estar comprometendo o diálogo com as comunidades e a transparência das ações.

Apesar das críticas, os vereadores destacaram que não há oposição à duplicação em si, considerada importante para a mobilidade e segurança da região. O principal questionamento, segundo eles, está na forma como o projeto vem sendo conduzido, sem clareza suficiente sobre desapropriações, alterações no tráfego e impactos sociais.

A expectativa agora é que a audiência pública seja realizada nas próprias comunidades atingidas, permitindo que moradores recebam informações oficiais, façam questionamentos e participem das decisões relacionadas à obra.

Foto: Divulgação

<https://www.jornalpanfletus.com.br/noticia/8250/falta-de-informacao-e-temor-de-remocoes-marcam-debate-sobre-duplicacao-da-br-356-e-mg-129-em-mariana-em-21/05/2026-15:28>